

MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA: PRÁTICAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e

MEIRELES, Fabrina da Silva

MEDEIROS, Cláudia Márcia Viana

UFPI / CCHL / NÚCLEO DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL / CNPq / UFPI

Historicamente a atividade assistencial sempre esteve associada de alguma forma à caridade cristã expressa nas ações das instituições religiosas e nas atitudes voluntárias de leigos sob o signo da solidariedade ao próximo, sobretudo aos mais necessitados. Estas ações se desenvolviam como parte de uma política de benemerência e concessões como forma de garantir a tutela e a proteção social a estes grupos vulneráveis, tendo em vista amenizar os males sociais que poderiam causar a presença na sociedade desse segmento social colocado na condição de indigente.

Do lado do Estado, a assistência foi utilizada historicamente como uma das estratégias de enfrentamento da questão social expressa pelas relações que conformam a sociedade capitalista. Desta forma as ações do Estado para enfrentar as situações de pobreza na sociedade brasileira tem sido acompanhadas por algumas distorções que confere a essas iniciativas no campo assistencial um perfil nomeado por Yazbek, 1999, como limitado e ambíguo expresso pelas seguintes características:

- Ações apoiadas muitas vezes na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas, o que reproduz a 'cidadania invertida' mediada pelos rituais comprobatórios da condição de carência e miséria dos que são necessitados para poderem ter acesso aos serviços de proteção social.
- Ações historicamente vinculadas ao trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade, muitas vezes

identificando a intervenção técnica com a ação voluntária. (Yazbek, 1999, p.50-51).

Nesse aspecto sobressaem as ações desenvolvidas pela rede filantrópica que agrupam instituições religiosas e entidades beneficentes. No espaço destas instituições ainda predomina em grande parte, a identificação da assistência com o assistencialismo paternalista resistindo ao perfil inovador introduzido pelo texto constitucional de 1988, o qual confere à assistência social o caráter de política pública na perspectiva da garantia de direitos sociais a parcela da população que necessita da ação reguladora do estado no cumprimento de sua responsabilidade social para com os oprimidos.

Uma outra característica apontada pela autora na compreensão da assistência estatal, se refere à conformação burocratizada e inoperante que assume as ações assistenciais, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área. Essa colocação do social em segundo plano e sempre dependente da matriz econômica, ilustra o modelo de desenvolvimento que tem sido adotado no país ao longo de sua história, e reeditado em sucessivas conjunturas políticas. Dentro deste panorama,

“a inexistência de uma política mais ampla que articule as ações assistenciais, explicita competências e defina a alocação de recursos para as diversas instâncias de governo acaba por estimular ações emergenciais e circunstanciais em que não se altera o perfil da desigualdade e se nega a dimensão redistributiva que deveria orientar a intervenção no campo da política assistencial.” (Yazbek, 1999, p.51).

Associada a ações de benevolência para com a pobreza, a assistência se apresenta como modalidade paliativa e secundária no campo das políticas sociais brasileiras, sendo tratada de forma residual e encarada como pronto socorro social ou como ajuda complementar em situações de excepcionalidade. Desta forma não consegue assumir o perfil de uma política no campo da reprodução social.

É na perspectiva de garantir o socorro social aos grupos populacionais vulnerabilizados, caracterizados pela categoria de fração excluída, que as instituições filantrópicas e as instituições religiosas ou confessionais estabelecem uma plataforma de ações que tem por objetivo atender as necessidades sociais desses grupos fragilizados, tanto do ponto de vista social quanto econômico. São desenvolvidos programas emergenciais e de promoção social fundamentados historicamente no ideário da fé e caridade cristã e mais recentemente associados ao ideário de justiça social e equidade. Neste último ideário pode-se localizar o reconhecimento da assistência social enquanto política pública na perspectiva da concretização de direitos sociais previstos pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS. Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabelecida com o advento da constituição vigente no país.

Nesse aspecto as ações sociais das instituições religiosas podem ser analisadas não só do ponto de vista de ações isoladas e reguladas apenas pelo ideário da benevolência cristã, mas também do ponto de vista de ações que se colocam na possibilidade da parceria entre público e privado na garantia de direitos. Neste sentido podem ser potencializadas ações concretas de enfrentamento das desigualdades sociais cujo fosso entre ricos e pobres tem se aprofundado revelando de um lado, o descompromisso social governamental e de outro, o uso privativo do público em benefício da acumulação e concentração de riquezas nas mãos de um grupo minoritário. Esta parceria de ações entre o público e o privado que não se restringe ao campo social mas aos outros campos da vida em sociedade é caracterizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, (em um documento que subsidiou a realização da segunda semana social brasileira, realizada em 1994), como um dos mecanismos de democratização da sociedade, entretanto ressalta que este nível de parceria só se realizará com a participação de todos em todo o processo de diagnóstico, decisão e execução das propostas a serem encaminhadas. (CNBB - Documento: urgência de prioridades sociais para superar a exclusão social, 1999, p.10). Agindo desta forma respeitar-se-á um dos pressupostos básicos da democracia em todas as relações sociais que é o respeito a promoção da liberdade e da participação dos cidadãos.

Quando uma constituição do país pela primeira vez na história, reconhece o perfil de política pública à assistência social e estabelece regulamentos que explicitam a responsabilidade social do estado e a participação da população, seja na formulação, na gestão, na implementação e no controle sobre as ações nesta área, abre-se um campo de possibilidades para que se redefina o perfil das ações que historicamente vêm assumindo a característica de assistenciais, seja no campo das instituições públicas estatais, seja no campo das instituições filantrópicas ou no espaço das instituições de matriz religiosa.

De que forma vêm sendo encaminhadas as ações assistenciais nestes diferentes campos é a preocupação central que orientou a apresentação da presente proposta de pesquisa. A mesma tem por objetivo fazer uma reconstituição histórica das ações assistenciais desenvolvidas no espaço das instituições confessionais, elegendo-se como matriz de análise a experiência da Ação Social Arquidiocesana – ASA de Teresina. Neste aspecto será realizado um levantamento dos antecedentes históricos da ação social assistencial no espaço da Igreja Católica de Teresina, mediada pela ASA, na concretização do apostolado social fundamentado pela Doutrina Social que rege a estrutura hierárquica da igreja no país e no estado do Piauí.

Será realizado também um mapeamento das formas de reciclagem da ação social católica mediante a opção preferencial pelos pobres assumida pela Igreja Católica Latino Americana, pós Concílio Vaticano II como compromisso ético com a justiça social. Neste ângulo pretende-se estabelecer o contraponto entre o ideário cristão conservador de proteção social e a recente opção preferencial pelos oprimidos que alia num mesmo projeto, a denúncia profética de situações de injustiça social com propostas concretas de alternativas de organização popular. Desta forma este novo compromisso ético-político da Igreja encaminha a necessidade de reestruturação no plano político das ações do seu apostolado social na perspectiva da luta e garantia de direitos para todos.

A recuperação histórica das ações desenvolvidas pela Igreja Católica/ASA no campo assistencial será realizada buscando-se estabelecer uma correlação com as ações desenvolvidas pelo estado como medidas de enfrentamento da questão social cuja expressão mais corrente se dá pelo

aprofundamento das condições de pobreza da grande maioria da força de trabalho. Esse contingente populacional quase sempre tem sido objeto de intervenção do estado e das instituições filantrópicas e religiosas através de programas assistenciais.

A assistência aos mais necessitados é uma prática antiga na história da humanidade. Esta prática não pode ser creditada somente à civilização judaico-cristã e nem às sociedades capitalistas. “ A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapacitados, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades.” (Sposati, 1985, p41.) Neste sentido uma incursão histórica sobre os modos de vida de diferentes povos e em conjunturas diferenciadas, encontrará a presença de grupos filantrópicos e religiosos que desenvolvem ou desenvolveram práticas de ajuda e apoio ao próximo.

Num primeiro momento esse sentimento de ajuda era guiado pela crença fatalista de que sempre haveriam necessitados e que estes eram incapazes de por si próprios buscar os meios para a sua sobrevivência, e portanto precisariam da ajuda dos outros e era um princípio que norteava a conduta moral da época, garantir o atendimento as suas necessidades. É baseado nesse ideário político conservador que desde a idade média foram constituídas as instituições de caridade, tanto pelas companhias religiosas como pela ação voluntária de grupos leigos. Esta atitude moral de criar iniciativas de proteção e tutela aos grupos sociais mais fragilizados se constituiu posteriormente em práticas de dominação e de controle desta parcela da população suprimindo a possibilidade de compreensão da assistência enquanto direito.

“Com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho a assistência vai sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho” (Sposati, 1985, p. 41).

As ações do Estado neste campo não conseguem ultrapassar a configuração de práticas assistenciais enquanto expressão da benemerência e

da solidariedade social características das instituições da sociedade civil. Se considerarmos a realidade brasileira até os anos 30, apenas para ficarmos com este recorte da história, perceberemos que a pobreza não era apreendida enquanto expressão da questão social, era encarada como “caso de polícia” e tratada por sua vez no interior dos seus aparelhos repressivos. Esta posição do Estado contribuía para mascarar os problemas sociais sob a forma de fatos esporádicos e excepcionais num claro entendimento da pobreza enquanto disfunção pessoal dos indivíduos. Nos anos 30 e décadas subsequentes o Estado assume a assistência aos pobres como responsabilidade pública institucionalizando práticas e serviços com a contribuição de profissionais especializados, no entanto o caráter pontual e focal de suas ações não superam o limite do atendimento de situações emergenciais, tratando o social como resíduo dependente da matriz econômica, cujos recursos para esta área são quase sempre escassos e insuficientes diante da grande demanda que caracterizou a denominada dívida social dos sucessivos governantes para com a população crescentemente pauperizada.

Esta atitude de desresponsabilização social do poder político constituído, abre espaço para a ação cotidiana de uma rede de solidariedade social presente na sociedade civil, com destaque para aquelas ligadas às diferentes igrejas de diferentes credos.

Frei Betto ao mencionar os pecados da Igreja Católica relacionados com a história de centralização absolutista de poder, não deixa de sublinhar a importância da instituição numa lista de ações que abrangem a defesa do patrimônio cultural da humanidade, a valorização da mulher através do culto a Maria, o cuidado dos órfãos, dos doentes e dos idosos, a instituição dos primeiros hospitais, a extensão da educação escolar aos pobres, a luta intransigente pelo princípio da liberdade de consciência, o incentivo às artes e, recentemente a sua opção preferencial pelos oprimidos nos países do terceiro mundo, a denúncia profética dos crimes contra o povo, a defesa dos prisioneiros políticos e a organização popular das comunidades de base. (1986,p.20/21)

Esta nova orientação da Igreja Católica expressa principalmente nos últimos pontos da listagem mencionada acima por Frei Betto, denota um novo encaminhamento da sua missão salvadora no mundo. Neste aspecto associa

em um mesmo projeto ações emergenciais de atendimento aos carecimentos sociais de grupos fragilizados e o apoio à luta libertária de situações de opressão e de desigualdades tão profundas que atentam contra um dos mais preciosos direitos humanos que é o direito à vida. Neste caminho e à luz das proposições do Concílio Vaticano II e das sucessivas reuniões e conselhos que se seguiram a este marco na história desta instituição religiosa, a igreja é conclamada a uma reposição procurando fundamentar a sua vocação missionária numa análise crítica da realidade social colocando-se a serviço dos oprimidos, daqueles que historicamente têm sido excluídos dos processos decisórios.

Uma breve análise nos sucessivos documentos produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, do final dos anos 60 aos dias atuais, especialmente aqueles advindos do seu setor de pastoral social, identificará na tônica profética a prevalência da preocupação com a análise de conjuntura do país principalmente dos seus indicadores sociais. A análise privilegia ao mesmo tempo o exame das condições de concretização de um projeto democrático que possa significar a definição de prioridades sociais que superem as situações de exclusão nas diversas regiões do Brasil.

Nesse esforço de reorientação da ação missionária da igreja compreendendo o seu percurso histórico na realidade brasileira é que a presente proposta de estudo buscará potencializar o alcance social do seu apostolado clerical e leigo expresso em ações assistenciais e de luta pela libertação dos grupos sociais excluídos, expressões da nova questão social que caracterizou o final do século XX, cujo aprofundamento inaugura os primeiros anos do novo século. Esta nova questão social que expõe na cena pública do país a presença de um contingente crescente de indigentes, põe a exigência ética do estabelecimento urgente de prioridades sociais que signifiquem a superação da situação de “apartheid social, expressão” adequadamente utilizada por Cristóvam Buarque para nomear a situação de exclusão social a que são relegados milhões de brasileiros em plena vigência da constituição cidadã.

No lastro histórico da ação missionária da Igreja Católica no Brasil é que se localiza a ação da Arquidiocese de Teresina e mais especificamente de sua Ação Social Arquidiocesana – ASA, cujas primeiras iniciativas datam de

1956 com a chegada a capital do Piauí de D. Avelar Brandão Vilela que aqui iniciou um trabalho junto às famílias pobres da cidade envolvendo a ação de voluntários.

“ Em 1960 foi criada oficialmente a ASA, com várias obras sociais, como os Centros Sociais de Nossa Senhora de Fátima, Leão XII e Cristo Rei, onde funcionavam as oficinas de serralha, carpintaria, sapataria, carpintaria e marcenaria e eram distribuídos donativos (inicialmente a todas as pessoas necessitadas que procuravam os centros) depois apenas às pessoas dos bairros onde os mesmos estavam localizados”, (Setúbal, 1983, p.130)

Posteriormente as ações da ASA se expandiram sob a forma de programas sociais e instituições que foram sendo criadas na tentativa de fazer frente á crescente demanda da população carente de ações assistenciais e privadas do acesso aos equipamentos sociais públicos.

A trajetória da ASA no campo da ação social em Teresina se constitui o objeto de estudo da presente proposta de pesquisa. Neste sentido pretende-se mapear as ações assistenciais desenvolvidas desde o seu surgimento aos dias atuais e perceber de que forma estas ações potencializaram o clamor dos grupos oprimidos por justiça social e por direitos. Na elaboração deste mapeamento é nosso objetivo reconstituir e analisar a trajetória das ações implementadas pela ASA e desta maneira traçar um perfil do tratamento conferido à assistência social enquanto caridade cristã e enquanto direito sob o estatuto recente de política pública inscrita no capítulo da seguridade social contemplada no texto constitucional em vigor.

De acordo com as prerrogativas constitucionais a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Art. 194)

A ações que compreendem a proposta de seguridade social serão realizadas baseadas num novo desenho de gestão administrativa, democrática e descentralizada com a participação da comunidade. Nesta proposta a assistência social como política pública inscrita no campo da seguridade social

“ será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social”.(Art. 203 da Constituição).

A operacionalização da política de assistência acontecerá mediante o desenvolvimento e a cobertura de ações nos níveis federal, estadual e municipal com a participação da comunidade através de suas entidades representativas no processo de formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

O estatuto de política pública assegurado à área de assistência social representa um avanço no que se refere à garantia de direitos em substituição a ações que historicamente se basearam na benemerência, no clientelismo aprofundando por um lado as condições de mando e por outro a subserviência e dependência dos necessitados, além de contribuir para o agravamento da dívida social reconhecida pelos governantes.

No âmbito das instituições filantrópicas e religiosas as ações assistenciais são implementadas tendo por base a caridade cristã e o critério moral da solidariedade com os segmentos sociais mais fragilizados. Estas ações ao tempo em que representam o atendimento de necessidades emergenciais contribuem também para gerar uma certa dependência desse segmento populacional se a essas atividades não forem associados programas alternativos de geração de emprego e renda ou mesmo medidas que possam ser encaminhadas e absorvidas na agenda governamental.

Recuperar a trajetória das ações assistenciais no espaço das instituições religiosas católicas e mais especificamente no campo de atuação da Ação Social Arquidiocesana de Teresina é o objetivo do estudo que empreendermos como parte da experiência de projetos de iniciação científica contando com a participação efetiva de estudantes do curso de graduação em Serviço Social. O projeto a ser realizado adotará como sistemática de pesquisa o estudo exploratório a ser desenvolvido a partir do levantamento de dados em fontes documentais das entidades que constituem a Ação Social Arquidiocesana de Teresina, privilegiando o registro das ações assistenciais encaminhadas neste âmbito, tendo em vista a composição de um perfil sobre a Política de Assistência social neste setor identificando o seu nível de abrangência e o alcance social diante das necessidades dos grupos sociais demandatários destes serviços.

O trabalho de campo será realizado em dois momentos: Em primeiro lugar será realizada a revisão bibliográfica que buscará recolher informações a respeito das produções teóricas elaboradas sobre a Assistência Social no Brasil como forma de proteção social no âmbito do estado e no espaço das instituições confessionais católicas. Serão também revisadas e analisadas as produções mais recentes que analisam a Assistência social enquanto Política Pública voltada para a garantia de direitos de cidadania. As informações sintetizadas a partir da revisão bibliográfica servirão como referencial teórico para análise sobre as ações assistenciais desenvolvidas pela ASA em Teresina, tendo em vista a construção do perfil da política assistencial neste setor. As informações obtidas através da pesquisa bibliográfica servirão também para a elaboração de um catálogo sobre as produções na área da assistência social que poderá servir de fonte de consulta para a realização de estudos acerca desta área temática.

Em segundo lugar será realizado o levantamento de dados em fontes documentais, a catalogação e análise destes dados tendo em vista a construção do perfil da Assistência Social desenvolvida pela ASA em Teresina. A Construção deste perfil pretende apanhar os objetivos da ação social católica mediada pela caridade cristã e pela opção preferencial pelos pobres e excluídos; as condições de concretização do compromisso ético com a justiça social; as formas de implementação das ações assistenciais; os programas sociais; as formas de parceria com o poder público e com as organizações da sociedade civil; as formas de financiamento; a população alvo assistida e a contribuição dos agentes sociais oriundos das ordens religiosas e do laicato.

A realização da pesquisa bibliográfica e da pesquisa em fontes documentais compreenderá o período de duração do projeto, ou seja, um ano de atividades, compreendendo o período de agosto 2002 a julho 2003, concluindo com a elaboração do perfil planejado. Quanto a contribuição dos agentes sociais será mapeada durante a abrangência da pesquisa apenas o dado quantitativo que identificará quais os profissionais religiosos ou leigos atuam nas instituições da ASA. A sua contribuição e compreensão política sobre as ações realizadas serão objeto de pesquisa a ser realizada posteriormente e que envolverá a coleta de depoimentos mediante a definição de uma amostra qualitativa. Além dos depoimentos dos profissionais

envolvidos diretamente com a implementação dos programas assistenciais desenvolvidos pela ASA serão também entrevistados por amostragem a ser definida os segmentos sociais beneficiários dessas ações para que possamos avaliar a repercussão e alcance social dos projetos sociais implementados diante das necessidades que os habilitaram como população alvo desses projetos.

Comporão a equipe de pesquisa: a Professora Orientadora e duas alunas do Curso de Serviço Social que desenvolverão as atividades como bolsistas de Iniciação Científica. Quanto ao apoio administrativo e a utilização de equipamentos de informática contaremos com o apoio do Departamento de Serviço Social e do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço social e Questão Social ao qual se filia a presente proposta de pesquisa. O acervo da Biblioteca Comunitária da UFPI será também utilizado, além da Biblioteca pessoal da professora orientadora.

BIBLIOGRAFIA:

BETTO, Frei. **Cristianismo e marxismo**. 2ª edição, Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1986, 46 p.

CNBB. **Exigências éticas da ordem democrática**, documentos da CNBB n.º42, 3ª edição, São Paulo: Edições Paulinas, 1989, 40p.

CNBB. Setor de Pastoral Social. **Brasil: democracia com exclusão social?** Brasília, 1993, 23p.

CNBB. Setor de Pastoral Social. **Brasil: Alternativas e Protagonistas – Instrumento de trabalho** da 2ª Semana Social Brasileira. Brasília, 1993. 124 p.

CNBB. Setor de Pastoral Social. **Democratizar: superar a exclusão social**. Brasília, 1994. 23p.

CNBB. Setor de Pastoral Social. **Urgência de prioridades sociais para superar a exclusão social**. Brasília, 1995. 20p.

COLIN, Denise Ratmann. **Lei Orgânica da Assistência Social anotada**. São Paulo: Veras Editora, 1999. 175 p.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001, 320p.

NASCIMENTO, Elimar P. **Exclusão: a nova questão social**. Texto de apoio à 2ª Semana Social Brasileira. N.º 42. Brasília, 1994.

SPOSATI, Aldaiza de O. (Org.) **A Assistência na trajetória das Políticas sociais brasileiras: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 1985. 112p.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Alguns aspectos da história do Serviço social no Piauí. Serviço social e Sociedade** n.º 12. São Paulo: Cortez Editora, 1983, p.109-139.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classe subalternas e assistência social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1999, 184p.